

Bancos ganham, mas crédito mingua

Relação entre nível de crédito e PIB, de 27%, é a mais baixa dos últimos cinco anos

Carlos Vasconcellos

Editoria de Arte

A manutenção das taxas básicas de juros da economia num patamar de 18,5% ao ano está fazendo minguar o crédito bancário no Brasil. O total das operações de crédito no sistema financeiro nacional não ultrapassa 27% do PIB — cerca de R\$ 270 bilhões — segundo Miguel de Oliveira, vice-presidente da Associação Nacional de Executivos de Finanças e Contabilidade (Anefac). Trata-se do nível mais baixo dos últimos cinco anos e também um dos mais baixos se comparado ao de outros países: em emergentes como Tailândia ou China, essa proporção chega perto dos 100% e em alguns casos, como o da África do Sul, ultrapassam essa marca.

— No início do Plano Real houve expansão do crédito, com a redução da inflação, mas as sucessivas crises fazem o sistema financeiro reavaliar o risco e reduzir a disponibilidade de empréstimos. Afinal, é muito mais seguro emprestar ao governo, comprando títulos públicos do que correr riscos financiando o setor produtivo ou as compras das pessoas físicas — avalia o economista Luís Roberto Cunha, diretor do Instituto da Federação de Comércio do Estado do Rio (Fecomércio).

Efeito dominó na cadeia produtiva

• O efeito do arrocho de crédito sobre a atividade econômica é devastador.

— Em quase todo o mundo, o endividamento é uma grande fonte de recursos para investimento. Aqui é um castigo. Como uma empresa pode suportar juros de 40% ao ano se a margem média das empresas mais eficientes é de cerca de 15%? — pergunta o professor Ricardo Leal, do Coppead/UFRJ.

Com tão pouco dinheiro sobrando, o setor industrial tem dificuldade em financiar a produção, o consumidor não consegue financiar suas compras e o comércio não pode repassar seu custo financeiro para o cliente sob pena de ver as vendas despencarem, explica Leal.

O efeito pode ser sentido no prazo dos crediários, que tiveram queda no comércio do Rio no primeiro quadrimestre do ano, segundo a Fecomércio. O de carros, por exemplo, caiu de 44 meses, em 2001, para 36 meses, em média, este ano.

Um país com crediário pequeno

A INADIMPLÊNCIA SOBE

Em comparação com abril de 2001, houve aumento de 18,8% no número de cheques sem fundo. Na comparação do 1º quadrimestre 2002 com 2001, houve aumento de 21,5%. O índice de março de 2002 foi o maior registrado desde 1991.



Fonte: Serasa

REDUÇÃO NO PRAZO DO CREDIÁRIO NO COMÉRCIO DO RIO, POR SETOR

Setor	2ª semana de 2001	1º quadrimestre de 2002	Variação
Automóveis	44 meses	36 meses	-19,2%
Eletrodomésticos	11 meses	10 meses	-9,1%
Material de construção	5 meses	4 meses	-20%
Equipamento de cine/foto/som	4 meses	3 meses	-25%

Magazines, roupas e calçados mantiveram os prazos no período, em 6, 3 e 4 meses respectivamente.

Fonte: Fecomércio

RELAÇÃO CRÉDITO-PIB, POR PAÍS

	BRASIL	27%
	México	36%
	Chile	66%
	EUA	82%
	Itália	83%
	China	97%
	Espanha	124%
	Austrália	111%
	África do Sul	161%

Fonte: Anefac

gidas pelo Banco Central (BC) para títulos públicos são bem menos rigorosas que as provisões exigidas para cobrir títulos privados, dizem os economistas. E há outros fatores:

— No Brasil, o Banco Central exige R\$ 11 de capital para cada R\$ 100 emprestados ao setor privado, enquanto em outros países essa provisão está em R\$ 8 — observa Erivelto Rodrigues, diretor da consultoria Austin Asi. — A ponderação do capital mínimo para os empréstimos também não leva em conta a qualidade do crédito.

Traduzindo: as provisões exigidas aos bancos pela autoridade monetária são as mesmas para o empréstimo feito a um bom pagador e a um caloteiro contumaz.

Mas será possível que essa situação mude a curto prazo? Se a avaliação dos economistas estiver correta, a resposta é não.

— Não vejo como reduzir significativamente os juros a curto prazo — diz Leal, do Coppead. — Estamos sujeitos a choques externos, precisamos passar por reformas complexas, como a tributária. Essa situação é uma armadilha montada para o próximo governo, qualquer que seja ele.

Para Oliveira, da Anefac, o crédito só vai aumentar quando a estabilidade econômica for sustentada e quando as taxas caírem substancialmente.

— Os juros teriam que cair abaixo dos 15% para que emprestar só para o governo deixe de ser atraente.

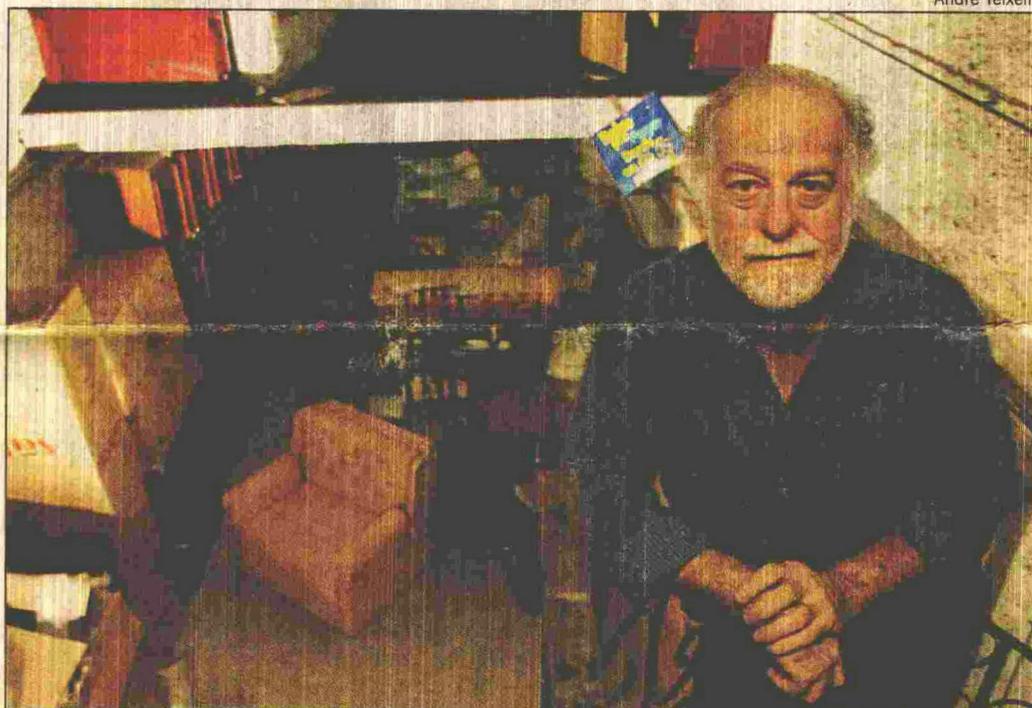
Comércio é afetado pelo arrocho

• Enquanto isso, para quem vive na economia real, o jeito é tentar fugir da armadilha ou conviver com ela. Para o lojista Natan Schiper, dono de uma loja de móveis no Catete, o problema não é tanto obter crédito, mas ter condições de repassá-lo ao consumidor.

— Se eu repassar o custo de um empréstimo para o cliente, ele se assusta e não compra.

Schiper diz que acaba usando, eventualmente, o crédito do cheque especial da empresa, com juros que chegam a 9% ao mês. Além disso, o banco cobra 6% para descontar antecipadamente os cheques pré-datados dos clientes.

— Desse jeito, se a gente não toma cuidado, acaba comprometendo o capital de giro e operando no vermelho — diz. ■



André Teixeira

— Em um período de crise, quando a massa salarial cai, as pessoas dependem mais do crédito, e o que elas encontram? Um crédito curto e caro — afirma Miguel de Oliveira, da Anefac.

O principal motivo para um nível de crédito tão baixo são as altas taxas do juro básico, que financiam

uma dívida pública federal já em R\$ 630 bilhões. Oliveira diz que, comprando títulos do governo, os bancos não precisam se preocupar com inadimplência no curto prazo ou com sistemas de proteção e avaliação de riscos. Mas, fazendo isso, se afastam da principal razão de sua existência: emprestar para mover a

economia.

— Se eu fosse banqueiro também compraria títulos públicos em vez de me aborrecer. Dá mais retorno e menos trabalho — constata Leal, do Coppead/UFRJ.

A regulamentação do sistema financeiro também ajuda a inibir o crédito bancário. As provisões exi-

O LOJISTA NATAN

Schiper: "O problema não é conseguir crédito, é não poder repassá-lo ao consumidor"